

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2011

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Presidência da República

Ementa:

Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

Explicação da Ementa:

Cria, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (18/09/1946 a 05/10/1988 -), a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional; estabelece que a Comissão Nacional da Verdade será integrada por 7 membros, designados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos; dispõe que não poderão participar da Comissão aqueles que: exerçam cargos executivos em agremiação partidária, com exceção daqueles de natureza honorária, não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão; estejam no exercício de cargo em comissão ou função de confiança em quaisquer esferas do poder público; enumera os objetivos da Comissão Nacional da Verdade, dentre os quais promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior; recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; confere competência à Comissão Nacional da Verdade para que possa executar os objetivos previstos, tais como a possibilidade de: requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo; convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados; promover audiências públicas; dispõe que os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Nacional da Verdade não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo; estabelece que é dever dos servidores públicos e dos militares colaborar com a Comissão Nacional da Verdade; dispõe que as atividades da Comissão não terão caráter jurisdicional ou persecutório; possibilita à Comissão requerer ao Poder Judiciário acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados necessários para o desempenho de suas atividades; dispõe que as atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade serão públicas, exceto nos casos em que, a seu critério, a manutenção de sigilo seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas; dispõe que a Comissão poderá atuar de forma articulada e integrada com os demais órgãos públicos; estabelece que os membros da Comissão perceberão o valor mensal de R\$ 11.179,36 pelos serviços prestados; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramentos Superiores para exercício na Comissão Nacional da Verdade; dispõe que a Comissão terá prazo de 2 anos, contados da data de sua instalação, para a conclusão do trabalho; estabelece que todo o acervo documental e de multimídia resultante da conclusão dos trabalhos da Comissão deverá ser encaminhado para o Arquivo Nacional para integrar o Projeto Memórias Reveladas; dispõe que o Poder Executivo regulamentará o disposto na lei.

Assunto: Política Social - Proteção Social

Data de Leitura: 27/09/2011

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada pelo Plenário

Último local: -

Destino: À sanção

Último estado: 22/11/2011 - TRANSFORMADA EM
NORMA JURÍDICA

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 1313 de 2011

Despacho:

27/09/2011 (Despacho inicial)

null

Análise

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CRE) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Aloysio Nunes Ferreira (encerrado em 19/10/2011 -
Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

05/06/2012 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: Processo Arquivado.

04/06/2012 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Juntada, às fls. 112/113, manifestação de Apoio da Câmara Municipal de Carazinho-RS, à aprovação da presente matéria.
Devolvido ao Arquivo.

04/06/2012 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: PROCESSO ENCAMINHADO À SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO POR SOLICITAÇÃO.

13/12/2011 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: PROCESSO ARQUIVADO.

TRAMITAÇÃO

23/11/2011 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado Ofício SF nº 2.098 de 23/11/11, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando para os devidos fins o incluso autógrafo sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidente da República e transformado na Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011 (fl. 103).
Ao Arquivo.

23/11/2011 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 10:30 hs.

22/11/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 524, de 2011, na origem, da Senhora Presidente da República, que restitui os autógrafos do presente projeto, sancionado e transformado na Lei nº 12.528, de 2011. Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

Publicado no DSF Páginas 48230

22/11/2011 SF-SGM - Secretaria Geral da Mesa

Ação: Encaminhado ao Plenário.

22/11/2011 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Á SGM, a pedido.

22/11/2011 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 12.528 DE 2011.
DOU - EDIÇÃO EXTRA 18/11/2011 PÁG. 00005.
Sancionada em 18/11/2011.

03/11/2011 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Remessa Ofício SF nº 1982 de 01/11/11, à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando autógrafos a Mensagem SF nº 274/11, à Excelentíssima Senhora Presidente da República submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 80 a 85).

Anexado Ofício SF nº 1983 de 01/11/11, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando que o referido Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fls. 86).

31/10/2011 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 76 a 79).

31/10/2011 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

TRAMITAÇÃO

Ação: Recebido neste órgão às 16h22.

26/10/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA

Ação: Anunciada a matéria, a Presidência comunica ao Plenário que o Parecer nº 1190, de 2011-CCJ, relator Senador Aloysio Nunes Ferreira, é favorável com a apresentação da Emenda nº 1-CCJ, de redação.
A seguir, é proferido pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira o Parecer nº 1191, de 2011-PLEN, em substituição às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, concluindo favoravelmente ao projeto e à Emenda nº 1-CCJ, de redação.
Usam da palavra os Senadores Demóstenes Torres, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Wellington Dias, Romero Jucá, Mozarildo Cavalcanti, Ana Amélia, Walter Pinheiro, Aníbal Diniz, Delcídio do Amaral e Pedro Taques.
Discussão encerrada sem apresentação de novas emendas perante a Mesa.
Aprovado o projeto, ressalvada a emenda.
Aprovada a Emenda nº 1-CCJ, de redação.
Aprovada a redação final do projeto. (Parecer nº 1192, de 2011-CDIR)
À sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 44218-44250

26/10/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 26.10.2011, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.313, de 2011, de urgência.

26/10/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGENDADA PARA ORDEM DO DIA

Ação: (Em 25/10/2011) - Lido e aprovado o Requerimento nº 1.313, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, solicitando urgência para a matéria, nos termos do art.336, II, RISF.
A Presidência comunica ao Plenário que a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 26/10/2011, conforme acordo entre as lideranças partidárias.

Publicado no DSF Páginas 43817

26/10/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 8h30.

Encaminhado ao Plenário.

25/10/2011 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Devolvido pelo relator Senador Paulo Paim, para atender solicitação da MESA.

À SSCLSF.

19/10/2011 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Senador Paulo Paim, Avoca a relatoria da matéria. Ao Gabinete do Senador Paulo Paim, para emitir relatório.

TRAMITAÇÃO

19/10/2011 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na Comissão, matéria aguardando distribuição.

19/10/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 53ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é incluída como Item EXTRAPAUTA nº 1.

A Comissão aprova o Relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a constituir Parecer da CCJ favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prosseguimento da tramitação.

19/10/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com voto favorável ao Projeto com a Emenda de redação que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

10/10/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para emitir relatório.

28/09/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.

27/09/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura.

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Publicado no DSF Páginas 39221-39228

27/09/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

Juntada, às fls. 45/46, legislação citada.

27/09/2011 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 44 (quarenta e quatro) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLSF.

TRAMITAÇÃO

DOCUMENTOS

Autógrafo - PLC 88/2011

Data: 27/09/2011

Autor: Câmara dos Deputados

Local: null

Descrição/Ementa: Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

Avulso inicial da matéria

Data: 27/09/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Relatório Legislativo

Data: 19/10/2011

Autor: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com voto favorável ao Projeto com a Emenda de redação que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Parecer

Data: 19/10/2011

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 53ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é incluída como Item EXTRAPAUTA nº 1.

A Comissão aprova o Relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a constituir Parecer da CCJ favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prosseguimento da tramitação.

Redação Final de Plenário -

Data: 26/10/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Anunciada a matéria, a Presidência comunica ao Plenário que o Parecer nº 1190, de 2011-CCJ, relator Senador Aloysio Nunes Ferreira, é favorável com a apresentação da Emenda nº 1-CCJ, de redação.
A seguir, é proferido pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira o Parecer nº 1191, de 2011-PLEN, em substituição às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, concluindo favoravelmente ao projeto e à Emenda nº 1-CCJ, de redação.
Usam da palavra os Senadores Demóstenes Torres, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Wellington Dias, Romero Jucá, Mozarildo Cavalcanti, Ana Amélia, Walter Pinheiro, Aníbal Diniz, Delcídio do Amaral e Pedro Taques.

DOCUMENTOS

Discussão encerrada sem apresentação de novas emendas perante a Mesa.
Aprovado o projeto, ressalvada a emenda.
Aprovada a Emenda nº 1-CCJ, de redação.
Aprovada a redação final do projeto. (Parecer nº 1192, de 2011-CDIR)
À sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Quadro Comparativo

Data: 27/10/2011

Autor: -

Local: null

Autógrafo - PLC 88/2011

Data: 03/11/2011

Autor: -

Local: SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação Legislativa: Remessa Ofício SF nº 1982 de 01/11/11, à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando autógrafos a Mensagem SF nº 274/11, à Excelentíssima Senhora Presidente da República submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 80 a 85).

Anexado Ofício SF nº 1983 de 01/11/11, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando que o referido Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fls. 86).